

quisa, pela qual existiriam pesquisas de primeira e de segunda linha; enquanto estas se especializariam apenas em coletar os dados, com ou sem análise descritiva, aquelas as usariam posteriormente como dados secundários, sobre os quais fariam a interpretação teórica. Evidentemente, não concordamos com essas posições e consideramos necessária a *presença de hipóteses* na pesquisa empírica, principalmente nas teses, mesmo que sua validade tenha o marco de um universo restrito ou que se abstenham de proceder a generalizações. Igualmente necessária é a *formulação explícita do sistema de hipóteses*, sob risco de não se efetuar a ruptura epistemológica com as categorias e problemas do senso comum. Cada hipótese deve ser conceitualmente clara, de forma que os termos lógicos possam ser relacionados a variáveis e estas possam ser operacionalizadas ou decompostas em indicadores empíricos observáveis.

Em termos operacionais, a função do conjunto de hipóteses em uma investigação é fazer a ponte entre a teoria e os fatos de realidade e, deste modo, conduzir à elaboração de uma estratégia da investigação ou desenho de pesquisa.

## 2. A observação

A segunda fase da pesquisa empírica é constituída pelo processo de observação. As operações envolvidas nessa fase visam à "reconstrução empírica da realidade", isto é, visam coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo no que eles têm de essencial.

A observação nas Ciências Sociais, por ser o processo de construção dos dados científicos, é uma etapa crucial da investigação e reveste-se de questões metodológicas particularmente graves. Isso porque a observação, por um lado, prende-se aos propósitos teóricos da investigação que repercutem na reconstrução empírica dos fenômenos e, por outro, deve desenvolver técnicas de controle do próprio processo de observação.

Cria-se então a necessidade de promover uma *integração metodológica* entre o momento da observação a ser realizado

por meio de operações intelectuais de caráter técnico e o momento posterior da explanação a ser desenvolvido por operações intelectuais de caráter lógico. É a necessidade de integração, diríamos orgânica, entre a observação, por um lado, e a descrição e a interpretação, por outro, que exige do pesquisador o equacionamento de uma *estratégia da pesquisa*, ou o seu *design*: feita a formulação do problema, esta deve indicar o tipo de dados a procurar e como obtê-los, o tipo de tratamento a dar-lhes, como vinculá-los ao quadro teórico da pesquisa etc. É importante, então, neste momento, antes de "ir a campo", fazer a crítica epistemológica da observação.

A realidade não é suscetível de apreensão imediata, e sua reprodução exige atividades intelectuais complexas<sup>4</sup>; o importante não é o que se vê, mas o que se vê com método, pois o investigador pode ver muito e identificar pouco e pode ver apenas o que confirma suas concepções.

Por isso, consideramos a etapa da observação o momento em que a ruptura epistemológica deve ser realizada na prática (porque esta pode ter sido feita apenas no nível teórico por ocasião da elaboração da problemática). E, conseqüentemente, consideramos estreita a concepção de observação como conjunto de operações para reunir dados brutos, segundo a qual ela se torna sinônimo de técnicas de coleta de dados. Concordando com Florestan Fernandes, a observação reúne as seguintes características: "Primeiro ela transcende a mera constatação dos dados de fato. Segundo, ela envolve a complementação dos sentidos por meios técnicos. Terceiro, ela constitui o processo pelo qual os níveis empíricos, relevantes para a descrição ou a interpretação dos fenômenos sociais, são obtidas, selecionadas e coligidas"<sup>5</sup>. Trata-se então de uma fase dominada por operações do

4. No dizer de Marx, toda ciência seria supérflua se a aparência exterior e a essência das coisas coincidissem diretamente.

5. F. Fernandes, *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, op. cit., pp. 6-7. A acuidade do tratamento metodológico dado por esse autor ao processo de reconstrução da realidade nas Ciências Sociais é responsável pela extrema atualidade desse escrito sobre a observação, que é de 1957.

nível técnico e do metódico. A observação, como o processo de construção dos dados da pesquisa, abrange duas operações distintas: a amostragem e a coleta dos dados.

### 1) A amostragem

As técnicas de amostragem são utilizadas nas pesquisas empíricas a fim de delimitar o *universo de investigação*. Este pode ser definido como um conjunto de unidades (pessoas ou não) tornadas fontes de informação ou informantes da pesquisa. No momento em que as fontes de informação se relacionam define-se a *unidade de pesquisa* (pessoas, famílias, grupos, documentos, textos etc.), que pode combinar várias fontes. Definem-se, por conseguinte, as técnicas de observação para a coleta de dados junto às fontes de informação selecionadas. A reunião de informações nas pesquisas sociais limita-se frequentemente a uma ou várias amostras da população estudada.

Não é o caso de expormos aqui os detalhes técnicos da amostragem<sup>6</sup>, mas apenas de alertar para a necessidade da reflexão crítica e adequada sobre os critérios de seleção, sua dimensão, composição e representatividade em *função* do tipo de pesquisa que se está realizando. Portanto, é o objeto e sua problemática que devem nortear o uso das técnicas de amostragem, as vantagens e desvantagens de cada uma. É quando se faz necessário o exercício da vigilância epistemológica das técnicas de amostragem, uma vez que estas se apoiam em pressupostos teóricos sobre o social (representação atômica, agregada, classista etc.).

Há duas grandes técnicas de amostragem: a probabilística e a não probabilística. A primeira baseia-se na aplicação de métodos de tratamento estatístico e métodos quantitativos de análise. Os principais tipos dessa amostragem, que podem ser

6. Ver esta questão principalmente em Selltiz et alii, *Métodos de pesquisa das relações sociais*, São Paulo, Herder, 1965, e Russell L. Ackoff, *Planejamento da pesquisa social*, São Paulo, EPU-EDUSP, 1975.

combinados entre si, são os seguintes: amostra aleatória, sistemática, estratificada e por conglomerados. Dependendo da pesquisa pode haver necessidade do recurso a um especialista em estatística, o que não exime o pesquisador do domínio básico de estatística social.

Na amostra não probabilística a inferência estatística não pode ser legítima, uma vez que o pesquisador não conhece a probabilidade que cada unidade tem de ser selecionada para fazer parte da amostra. Neste caso, a amostra é dita significativa ou de representatividade social (não estatística), e os métodos de tratamento dos dados são qualitativos.

Diante da complementaridade das técnicas de coleta, é igualmente possível combinar técnicas de amostragem probabilística e não probabilística. Por exemplo: numa pesquisa seleciona-se uma amostra aleatória para a qual se utiliza o questionário, devendo-se por isso dar conta da representatividade estatística tanto da amostra como dos dados. Em seguida, seleciona-se uma subamostra de caráter intencional com base no critério da representatividade social (e não mais estatística), à qual se aplica a entrevista. O perfil dessa segunda amostra é de sujeitos "típicos", e os dados são essencialmente qualitativos<sup>7</sup>.

Finalmente, nessa operação de amostragem é necessário apontar uma questão crucial para a pesquisa social empírica que envolve a amostra por classes sociais. Trata-se de um problema teórico-metodológico da organização da amostra nas investigações que lidam com o conceito marxista de classe social. Na prática, isso se traduz na seguinte questão: é possível usar os dados

7. Uma estratégia de combinação múltipla de técnicas quantitativas e qualitativas na amostragem e na coleta de dados foi utilizada com excelentes resultados por Helgio Trindade para a reconstrução empírica do movimento político integralista no Brasil. Ver o relato metodológico dessa experiência de pesquisa feita pelo autor. Helgio Trindade, "Tentativa de reconstituição empírica de um movimento político radical", in Edson O. Nunes (org.), *A aventura sociológica — objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

secundários das estatísticas oficiais de institutos como o IBOP<sup>8</sup>, que costumam estratificar a população e as amostras nas "classes" A, B, C, D e E? Essa questão deve ser objeto de reflexão dentro das condições particulares de uma pesquisa a ser enfrentada em função do problema específico sob investigação.

A estratificação socioeconômica não coincide com a concepção marxista do sistema de classes sociais. Os estratos são usados como sinônimos de classes, quando na verdade são meros *indicadores* do sistema de classes sociais. Dever-se-ia então problematizar a relação do indicador empírico com o conceito de classe social ou setor de classe. Isso remete à questão da operacionalização de conceitos diante do método marxista abordado no capítulo VI.

## 2) As técnicas de coleta

As técnicas de pesquisa são instrumentos por meio dos quais são obtidas ou coletadas as informações ou dados brutos da pesquisa. Elas são propriamente técnicas de observação ou de investigação (questionário, entrevista, história de vida etc.), no que se diferenciam das técnicas de análise (tabulação e classificação) que lhes sucedem.

As técnicas variam de acordo com a natureza da pesquisa e são determinadas pela maneira como integram a estratégia da investigação. É enquanto "teorias em ato" que elas devem ser integradas ao projeto de pesquisa. As técnicas são teorias particulares relativas à representação do objeto e, por conseguinte, são procedimentos que constroem empiricamente o objeto por meio dos fatos coletados. Segundo Bourdieu, a teoria implícita numa prática, teoria do conhecimento do objeto e teoria do objeto, quanto menos for consciente, tanto maior a possibilidade de não ser controlada e, portanto, de ser inadequada ao objeto em sua especificidade. Ao se chamar de metodologia, como é comum acontecer, o que não é senão um decálogo de preceitos tecnológicos, escamoteia-se a questão metodológica propriamente dita: a opção entre as técnicas. Uma vez escolhidas, as técnicas conferem

um significado epistemológico ao tratamento do objeto e um significado teórico aos problemas que se apresentam ao objeto<sup>8</sup>.

Assumimos uma posição crítica diante da questão da suposta neutralidade das técnicas de investigação quando tratamos dos níveis metodológicos da pesquisa. Trata-se agora de realizá-la na prática, através da escolha das técnicas, de sua combinação e de sua construção, promovendo sua adequação às demais operações metodológicas da pesquisa.

Também assumimos uma posição crítica diante do rechaçamento *a priori*, quer das técnicas de investigação e de análise, quer dos métodos descritivos ou interpretativos que não se tenham originado de um mesmo paradigma teórico-metodológico. Numa investigação marxista, por exemplo, recusa-se o formulário, a análise multivariada ou os métodos estatísticos porque são procedimentos que surgiram dentro do paradigma positivista ou funcionalista<sup>9</sup>. A utilização acrítica e sem vigilância epistemológica das técnicas de pesquisa e de análise originadas de diferentes paradigmas, que conduz a um ecletismo ingênuo e insustentável, também deve ser criticada.

A etapa da observação nas pesquisas sociais empíricas é realizada por meio de técnicas ditas de observação direta e de observação indireta.

Na *observação direta*, a posição do investigador pode ser manipulada estrategicamente, com o propósito de proporcionar-lhe perspectivas mais favoráveis de obtenção de dados. Ela pode ser realizada mediante técnicas que vão desde o registro sistemático dos fatos que ocorrem na situação de pesquisa até as diversas modalidades de observação participante<sup>10</sup>.

8. P. Bourdieu et alii, *El ofício*, op. cit.

9. Uma importante redefinição do questionário foi feita pelo próprio Marx. Ver em M. Thiollent, *Crítica metodológica*, op. cit., os textos de Dario Lanzardo, "Marx e a enquete operária", e de Karl Marx, "O questionário de 1880".

10. Para questões metodológicas e extensa bibliografia sobre as modalidades de observação participantes, ver Carlos Rodrigues Brandão (org.), *Repensando a pesquisa participante*, São Paulo, Brasiliense, 1984; Michel Thiollent, *Metodologia da pesquisa-ação*, São Paulo, Cortez, 1985; Marcela Gajardo, *Pesquisa participante na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

As principais técnicas de coleta da pesquisa empírica são, porém, técnicas de observação indireta<sup>11</sup>, como o questionário<sup>12</sup>, o formulário, a entrevista<sup>13</sup> e a história da vida<sup>14</sup>.

Normalmente, as técnicas de coleta são combinadas em função dos propósitos da pesquisa, que exigem diversos tipos de dados. Nesta fase, os dados primários, que são os obtidos originariamente pelo investigador, são integrados a dados secundários obtidos de fontes como: jornais, revistas, publicações estatísticas etc. A rigor, também a pesquisa bibliográfica, constituída por levantamentos, fichamentos e consultas bibliográficas, é uma fonte secundária de dados. Acumula-se uma documentação sobre o objeto que fornece o estado atual do conhecimento sobre o tema de pesquisa, isto é, "o que se diz dele". Esse levantamento bibliográfico, quando bem realizado, oferece textos de apoio a todas as dimensões da pesquisa, envolvendo questões epistemológicas, teóricas, metodológicas e técnicas. É importante o investigador citar a bibliografia a fim de demonstrar a diversidade das preocupações que o acompanharam ao longo do processo de pesquisa e seu empenho em responder a elas. A bibliografia de uma pesquisa fornece o itinerário ou roteiro intelectual percorrido por seu autor.

11. Uma objetiva e útil descrição das técnicas de observação indireta pode ser encontrada em Perseu Abramo, "Pesquisa em Ciências Sociais", op. cit., e Oracy Nogueira, *Pesquisa social*, São Paulo, Nacional, s.d., parte II.

12. A crítica metodológica do questionário e da entrevista é feita em M. Thiollent, *Crítica metodológica*, op. cit., por Michel Thiollent em "A falsa neutralidade das enquetes sociológicas" e "O processo de entrevista"; e por P. Bourdieu, "A opinião pública não existe" e "Os doxósofos".

13. Sobre as diversas técnicas de entrevistas, ver Edgar Morin, *Linguagens da cultura de massas*, Petrópolis, Vozes, 1973; sobre a técnica de entrevista não diretiva, ver em M. Thiollent, *Crítica metodológica*, op. cit., os seguintes textos: Liliane Kandel, "Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não diretiva e sobre as pesquisas de opinião"; Guy Michelat, "Sobre a utilização da entrevista não diretiva em Sociologia"; e Jacques Maître, "Sociologia da ideologia e entrevista não diretiva".

14. Ver Florestan Fernandes, "A história de vida na investigação sociológica: a seleção dos sujeitos e suas implicações", in *Ensaios de Sociologia geral e aplicada*, op. cit., Guita G. Debert, "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral", in Ruth Cardoso (org.), *A aventura antropológica — teoria e pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

### 3. A descrição

A descrição faz a ponte entre a fase de observação dos dados e a fase da interpretação e, por isso, combina igualmente em suas operações técnicas e métodos de análise<sup>15</sup>. Sustentaremos a tese de que a descrição constitui a primeira etapa da análise dos dados na pesquisa.

A descrição é desenvolvida através da operação de *análise descritiva* e é feita em dois passos: o primeiro é constituído por procedimentos técnicos de organização, crítica e classificação dos dados coletados. Trata-se na prática de proceder a uma manipulação dos dados que implica: 1) realizar o tratamento estatístico, ou seja, fazer tabulações para encontrar concentrações, frequências e tendências na documentação coletada; a análise multivariada para efetuar relações e cruzamentos; a categorização dos dados para encontrar campos de sentido; 2) assegurar o "domínio" sobre a massa de dados coletados, porque permite identificar e selecionar fatos de significação para o tratamento analítico ulterior; 3) conseguir um conhecimento prévio das possibilidades da documentação em relação aos objetivos teóricos e práticos da investigação.

O segundo passo abrange procedimentos propriamente analíticos que visam à construção dos "objetos empíricos" e a reprodução do fenômeno nas condições de sua produção. A construção do "objeto empírico" vem a ser reprodução do fenômeno concreto descrito através de seus caracteres essenciais. Este procedimento analítico só é possível mediante as inferências permitidas pela tabulação ou classificação anterior dos dados, pelas quais o fenômeno deixa de ser percebido como algo caótico e ininteligível e passa a ser visto em seus atributos essenciais e interdependentes, isto é, sob uma forma sintética.

Ao reproduzir o fenômeno em seu contexto empírico, a descrição relaciona-o com variáveis que intervêm em sua produção. Este procedimento é obtido operacionalmente por meio dos

15. Rever a distinção que fizemos às pp. 129-131.